

RELATÓRIO de CONTAS

2019

ÍNDICE

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por natureza.....	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração das alterações nos fundos próprios	7
Anexo	
1. Identificação da entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
2.1. Referencial Contabilístico	9
2.2. Derrogação das disposições da normalização contabilística para as ESNL	10
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras com o período anterior	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	15
6. Ativos Intangíveis	16
7. Locações	17
8. Financiamentos Obtidos	17
9. Inventários	18
10. Rédito	18
11. Subsídios de Entidades Públicas	19
12. Benefícios dos Empregados.....	20
13. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais.....	21
14. Investimentos Financeiros.....	21
15. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	22
16. Clientes e Utentes.....	23
17. Outras Contas a Receber (Outros Activos Correntes).....	23
18. Diferimentos	24
19. Caixa e Depósitos Bancários	25
20. Fundos Patrimoniais	25
21. Fornecedores	26
22. Estado e Outros Entes Públicos	26
23. Outras Dívidas a Pagar	27
24. Subsídios, doações e legados à exploração	27
25. Fornecimentos e serviços externos	28
26. Outros rendimentos e ganhos	29
27. Outros gastos e perdas	30
28. Resultados Financeiros	31
29. Acontecimentos após data de Balanço	31
30. Considerações Finais.....	31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço em 31 de dezembro de 2019

(em euros)

Rubrica	Notas	2019	2018
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	9.185,03	7.387,15
Ativos intangíveis	6	313,24	1.017,30
Investimentos financeiros	14	6.538,01	3.244,59
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	15	6.543,14	10.779,90
Total ativo não corrente		22.579,42	22.428,94
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários	9	5.021,12	6.584,10
Créditos a receber	16	5.231,98	-2.262,75
Estado e outros entes públicos	22	85.894,49	74.796,32
Diferimentos	18	4.707,20	5.230,38
Outros ativos correntes	8,17	685.317,73	396.367,08
Caixa e depósitos bancários	19	36.419,00	25.275,08
Total ativo corrente		822.591,52	505.990,21
Total ativo		845.170,94	528.419,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos	20	112.665,66	112.665,66
Resultados transitados	20	-257.105,59	-334.884,02
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	74.445,00	74.445,00
Resultado líquido do período	20	168.575,21	78.490,70
Total fundos patrimoniais		98.580,28	-69.282,66
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo não corrente</i>			
Financiamentos obtidos	8	91.000,00	0,00
Total passivo não corrente		91.000,00	0,00
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	21	4.236,83	3.033,49
Estado e outros entes públicos	22	342.827,45	176.147,15
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	8	11.375,00	11.375,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	95.518,72
Diferimentos	18	83.284,31	51.798,95
Outros passivos correntes	23	213.867,07	259.828,50
Total passivo corrente		655.590,66	597.701,81
Total passivo		746.590,66	597.701,81
Total fundos patrimoniais e passivo		845.170,94	528.419,15

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2019

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	64.841,14	30.035,20
Subsídios, doações e legados à exploração	24	1.344.325,09	1.217.151,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1.393,22	-3.237,68
Fornecimentos e serviços externos	25	-548.771,15	-527.342,06
Gastos com o pessoal	12	-725.951,10	-743.238,85
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	16	-1.310,15	0,00
Outros rendimentos	26	128.761,61	138.714,79
Outros gastos	27	-88.243,33	-19.244,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		172.258,89	92.837,81
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4,5	-3.683,68	-2.890,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		168.575,21	89.947,37
Resultado antes de impostos		168.575,21	78.490,70
Resultado líquido do período		168.575,21	78.490,70

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

(em euros)

Rubrica	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		-1.078.079,58	-123.373,04
Recebimentos de clientes e utentes		68.178,82	4.255,98
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-118.425,04	-8.408,23
Pagamentos ao pessoal		-580.445,44	-30.250,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-447.387,92	-88.970,61
Fluxos de caixa das atividades operacionais		-1.078.079,58	-123.373,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento		22.600,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		22.600,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		22.600,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		22.600,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		1.066.623,50	114.583,47
Recebimentos provenientes de:		1.077.048,50	264.238,71
Financiamentos obtidos		1.015.296,34	262.381,51
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		61.752,16	1.857,20
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		-10.425,00	-149.655,24
Financiamentos obtidos		-6.425,00	-149.655,24
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-4.000,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		1.066.623,50	114.583,47
Variação de caixa e seus equivalentes		11.143,92	-8.789,57
Caixa e seus equivalentes no início do período		25.275,08	22.416,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		36.419,00	13.626,85

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

NIF: 500989575

Demonstração das alterações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2019 (em euros, sem decimais)

Movimentos do período	1	2	3	4=2+3	5	6=1+2+3+5	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio	
Posição no início do período 2019	1							112.665,66									74.445,00	78.490,70	-69.282,66		-69.282,66	
Resultado líquido do período	2													78.490,70				90.084,51	168.575,21		168.575,21	
Resultado integral	3													78.490,70				90.084,51	168.575,21		168.575,21	
Operações com detentores de CP:																						
Outras operações														-712,27								
Posição no fim do período 2019	5							112.665,66						-257.105,59			74.445,00	168.575,21	98.580,28		98.580,28	

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

ANEXO

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA (APF), é uma instituição sem fins lucrativos, com a missão de contribuir para que as pessoas possam fazer escolhas livres e responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva incluindo a promoção da parentalidade positiva.

A APF é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, identificada com o NIPC 500989575; tem oficialmente registada como área de actuação principal “outras actividades associativas, n.e.” e a sua sede é na Rua Eça de Queiroz, n.º 13 – 1º, Lisboa.

Está fiscalmente enquadrada em IVA Trimestral e tem, actualmente, 45 trabalhadores ao seu serviço.

A actividade operacional da APF divide-se por 6 delegações distribuídas geograficamente no território nacional.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

Em 2019 as demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da APF e de acordo com a **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**, na sequência do publicado no Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março que vem criar regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, actividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

O Anexo II do referido decreto, refere que o sistema de normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que, a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social), para este normativo, é 1 de Janeiro de 2011. Assim, a APF preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

2.2. Derrogação das disposições da normalização contabilística para as ESNL

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras com o período anterior

Os conteúdos das demonstrações financeiras do período findo em 31/12/2019 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os do período anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF), que estabelecem os requisitos que permitem assegurar a comparabilidade com:

- as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade;
- quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Para que isto se verifique é necessário que sejam respeitados os seguintes pressupostos:

Continuidade

Com base na informação disponível e às expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL (Entidades do Sector Não Lucrativo), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os fins propostos.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando os mesmos ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “devedores e credores por acréscimos”.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Eventuais alterações na apresentação das demonstrações financeiras apenas ocorrerão se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os destinatários das demonstrações financeiras. Neste caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

Materialidade e agregação

O processamento de um elevado número de transações ou outros acontecimentos são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. Cada classe de operações semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. A menos que sejam imateriais, as operações ou elementos de natureza ou função não semelhante devem ser apresentados separadamente.

O processo de agregação e classificação vai derivar na apresentação de dados condensados e organizados que formam linhas de itens no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração ou no anexo.

Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados mas sim separadamente relatados. A compensação quer nas demonstrações financeiras, excepto quando a mesma reflecta com maior acuracidade a realidade das operações ou acontecimentos, poderá prejudicar a capacidade dos destinatários da informação em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo. Caso se proceda a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) a natureza da reclassificação;
- b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) a razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

Activos fixos tangíveis

Os “activos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos que foram atribuídos à APF a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a APF tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas

constantes, pelo regime dos duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, de acordo com o definido no DR 25/2009 de 14 de Setembro. A APF revê anualmente a vida útil de cada activo, ajustando, se necessário, a quota anual de depreciação dentro do normativo legal aplicável.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. Da mesma forma, relativamente ao desreconhecimento da quantia escriturada de um item do activo fixo intangível, o mesmo terá lugar no momento da alienação, ou quando não se espere futuros benefícios económicos de seu uso.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a APF demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período. As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas, pelo regime dos duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A APF adopta com o método de custeio dos inventários o custo médio.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nesta conta registam-se os financiamentos obtidos dos instituidores da entidade. As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela APF, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos e outras contas a receber

Os créditos e outras contas a receber encontram-se registados pelo seu custo e apresentadas no balanço, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no balanço como activo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses relativamente à data do fim do exercício, são exibidas como ativos não correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo

valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a APF avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão. Os activos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nestas rubricas correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras dívidas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Fundos patrimoniais

A rubrica fundos constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os fundos patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Financiamentos obtidos

a) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos inerentes que sejam directamente atribuíveis à contratualização desses passivos. São expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano.

Os custos com juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos do período e evidenciados na demonstração dos resultados como “juros e gastos similares suportados”, respeitando o regime do acréscimo.

O seu desreconhecimento ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente no momento da liquidação, cancelamento ou expiração.

b) Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras. De referir que as locações estão classificadas de acordo com a substância económica do contrato em detrimento da forma do mesmo.

Os activos fixos tangíveis que se encontram na APF por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e das respectivas depreciações efectuado conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das políticas contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do regime do acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto. Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Réditos

O rédito relativo a vendas e a prestações de serviços decorrentes das actividades que cumpram os fins estatutários da instituição, é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Subsídios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, são reconhecidos quando existe garantia de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas a eles associadas. Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis (ou intangíveis) são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática pelos diversos períodos contabilísticos relacionados com a contabilização dos gastos a que dizem respeito.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica de “financiamentos obtidos”.

Estado e Outros Entes Públicos

A APF está isenta do pagamento de IRC nos termos do nº1 do artº10 do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Neste sentido, as declarações fiscais da APF dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As alterações nas estimativas e erros materialmente relevantes foram regularizadas por contrapartida de contas de resultados transitados, as restantes por contrapartida de gastos e/ou rendimentos de exercícios anteriores.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os quadros seguintes mostram as quantias escrituradas brutas (valores de aquisição e eventuais reavaliações, diminuições ou correções em períodos anteriores), as depreciações do exercício e acumuladas, as adições, os abates e alienações, que ocorreram durante os exercícios de 2019 e 2018:

2019	Saldo a 01/01/2019	Aumentos contabilizados em 2019	Correcções efectuadas em 2019	Saldo a 31/12/2019
Activos				
Edifícios e outras construções	6.392,95			6.392,95
Equipamento básico	4.675,70	2.103,45		6.779,15
Equipamento transporte	81.124,99			81.124,99
Equipamento administrativo	41.852,93			41.852,93
Outros activos fixos tangíveis	2.263,56			2.263,56
	136.310,13	2.103,45		138.413,58
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	6.273,00	120,00	-0,05	6.392,95
Equipamento básico	925,23	734,39	1.227,60	2.887,22
Equipamento transporte	81.124,99	-		81.124,99
Equipamento administrativo	38.279,36	2.345,61	-3.099,85	37.525,12
Outros activos fixos tangíveis	2.320,40	179,71	-1.201,84	1.298,27
	128.922,98	3.379,71	-3.074,14	129.228,55
Activos líquidos				9.185,03

2018	Saldo a 01/01/2018	Aumentos contabilizados em 2018	Correcções efectuadas em 2018	Saldo a 31/12/2018
Activos				
Edifícios e outras construções	6.392,95			6.392,95
Equipamento básico	4.675,70			4.675,70
Equipamento transporte	81.124,99			81.124,99
Equipamento administrativo	41.852,93			41.852,93
Outros activos fixos tangíveis	2.263,56			2.263,56
	136.310,13			136.310,13
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	5.633,70	639,30		6.273,00
Equipamento básico	600,97	324,26		925,23
Equipamento transporte	81.124,99	-		81.124,99
Equipamento administrativo	36.851,73	1.427,63		38.279,36
Outros activos fixos tangíveis	2.140,69	179,71		2.320,40
	126.352,08	2.570,90		128.922,98
				7.387,15

Em 2019 foram efectuadas correções de erros relativos a registos contabilísticos de anos anteriores. Pela sua pouca relevância, decidiu-se levar estas correções à conta de custos do ano “correções relativas a períodos anteriores”.

Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de Dezembro de 2018, a APF assumiu o compromisso de aquisição de uma frota de 5 viaturas ligeiras (veículos EME's) a colocar ao serviço operacional das suas delegações. O compromisso foi assumido junto da Secretaria Estado Cidadania e Igualdade que é a entidade financiadora do investimento. Segue o detalhe:

Datas registo dos factos	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2019	Totais
Valor atribuído	75.000,00			75.000,00
Valor efectivamente recebido		30.000,00	22.600,00	-52.600,00
Por receber				22.400,00

O valor atribuído de €75.000 encontra-se registado numa conta de fundos patrimoniais.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os quadros seguintes mostram as quantias escrituradas brutas, e os movimentos registados nestas contas de 2018 e de 2019, nomeadamente as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações:

2019	Saldo a 01/01/2019	Aumentos contabilizados em 2019	Correções efectuadas em 2019	Saldo a 31/12/2019
Activos				
Programas de computador	8.889,22		881,00	9.770,22
Portal online e domínio internet	36.809,50		-402,05	36.407,45
	45.698,72		478,95	46.177,67
Depreciações acumuladas				
Programas de computador	7.865,73	303,97	1.287,28	9.456,98
Portal online e domínio internet	36.815,69	-	-408,24	36.407,45
	44.681,42	303,97	879,04	45.864,43
				313,24

2018	Saldo a 01/01/2018	Aumentos contabilizados em 2018	Correções efectuadas em 2018	Saldo a 31/12/2018
Activos				
Programas de computador	8.889,22			8.889,22
Portal online e domínio internet	36.809,50			36.809,50
	45.698,72			45.698,72
Depreciações acumuladas				
Programas de computador	7.554,19	311,54		7.865,73
Portal online e domínio internet	36.807,69	8,00		36.815,69
	44.361,88	319,54		44.681,42
				1.017,30

Em 2019 foram efectuadas correções de erros relativos a registos contabilísticos de anos anteriores. Pela sua pouca relevância, decidiu-se levar estas correções à conta de custos do ano “correções relativas a períodos anteriores”.

7 LOCAÇÕES

Os activos seguintes foram adquiridos com recurso à locação financeira:

Activo	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Equipamento transporte	17.325,00	17.325,00	,00
Viatura Peugeot 7, matrícula: 06-MP-27			
Delegação Algarve			

A 31/12/2019, o contrato já se encontrava integralmente liquidado.

8 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de Dezembro de 2019, os planos de reembolso da dívida da APF, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<i>Empréstimos bancários</i>						
Cartões de crédito	-698,43		-698,43	1.027,36		328,93
Locações financeiras						
<i>Empréstimos de fundadores e beneméritos</i>						
João Lavinha	11.375,00		11.375,00			
<i>Outros Empréstimos</i>					95.000,00	95.000,00
IPFF		91.000,00	91.000,00			
Financiamentos de projectos				-508,64		-508,64
<i>Empréstimos de tesouraria de amigos (não associados)</i>						
Paulo Trigo				625,00		625,00
Manuel Rei Vilar				1.250,00		1.250,00
Totais	10.676,57	91.000,00	101.676,57	2.393,72	95.000,00	96.695,29

O saldo negativo da rubrica cartões de crédito tem justificação por ser um valor em trânsito para pagamento da utilização do mesmo ainda não processada. Foi transferido para o balanço como “outro activo corrente”.

Em 2018 são apresentados valores de dois empréstimos de tesouraria, valores €625 e €1250. Em 2019 estas duas dívidas já não constam no quadro de financiamentos obtidos, não por estarem liquidadas mas sim, pela sua natureza de empréstimos de funcionamento ou tesouraria, fazer mais sentido apresentá-las no quadro “outras contas a pagar” (ponto 23).

9 INVENTÁRIOS

O inventário da APF encontra-se valorizado pelo seu custo histórico que corresponde ao seu valor realizável líquido.

A lista dos bens inventariados compreende os livros, jogos, gravações, folhetos, impressões diversas e outros similares relacionados com a prossecução das actividades previstas nos fins estatutários.

Relativamente à valorização dos saldos e movimentos dos mesmos nas datas de fim dos exercícios de 2018 e 2019, foram como no quadro seguinte se detalham:

	Mercadorias	
	2019	2018
Inventário inicial	6.584,10	9.619,46
Perdas de imparidade em inventários		
Compras	30,14	202,32
Reclassificações e regularizações de inventários	-199,90	
Inventário final	5.021,12	6.584,10
Custo das mercadorias vendidas	1.393,22	3.237,68

Os valores identificados como “reclassificações e regularizações de inventários” compreendem a correcções de registos efectuados em períodos anteriores a 2019 e cujo o erro somente foi detectado na presente data.

10 RÉDITO

O rédito da APF corresponde ao rendimento, em geral, das vendas de produtos, das prestações de serviços ou da utilização por terceiros dos recursos da entidade e que originam outros rendimentos.

Nos períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubrica	2019	2018
Vendas	1.393,22	3.213,80
Prestação de Serviços		
Formação	2.670,50	8.486,08
Serviços diversos	985,00	2.359,05
Atendimentos	4.040,00	840,00
Workshops, acções e cursos	52.907,95	11.985,00
Quotas e jóias	1.670,00	2.526,27
Outros	1.174,47	625,00
Total	64.841,14	30.035,20

11 SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Subsídios de entidades públicas	Valor reconhecido no exercício
<i>Entidades nacionais</i>	
Direcção Geral da Saúde	162.063,52
SICAD - Serviço de Intervenção Comportamentos Aditivos e Dependências	105.271,70
Instituto da Segurança Social, IP	293.712,24
IPDJ – Instituto Português da juventude	71.100,00
ACM - Alto Comissariado para as migrações	4.166,67
Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade	254.667,32
PT2020	370.826,16
Município de Lisboa	7.500,00
Município de Olhão	1.188,90
Município do Funchal	15.000,00
Município de Matosinhos	4.379,51
IASaúde Madeira - Instituto Adm. Saúde e Assuntos Sociais Madeira	8.783,62
Município de Portimão	1.120,00
<i>Entidades internacionais</i>	
Comissão Europeia	32.174,46
Total	1.331.954,10

No decorrer do exercício de 2019, a APF recebeu os seguintes valores referentes a rubrica de “subsídios do governo” e “apoios do governo”:

12 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da APF, ao longo dos últimos 5 anos, teve a seguinte evolução:

31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2019
25	25	29	35	37

Os gastos que a APF suportou com os funcionários foram os seguintes:

Rubrica de gastos com o pessoal	2019	2018
Vencimentos mensais pessoal	490.544,81	488.137,71
Subsídios férias	17.117,96	50.108,78
Subsídios Natal	45.286,42	40.336,39
Subsídio de refeição	34.372,47	30.316,04
Ajudas de custo	810,57	
Gratificações e prémios	120,00	
Outros subsídios	2.863,61	
Encargos sobre remunerações	123.894,92	129.606,79
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	6.219,20	3.757,91
Medicina no Trabalho	2.216,14	975,23
Formação	2.505,00	
Total	725.951,10	743.238,85

A data da apresentação deste relatório a APF possui 45 funcionários. Numa ótica de gestão a APF em 2019, continuou a aumentar o número de funcionários para a integração de projetos no PT2020, mantendo a contratação de prestadores de serviço para a execução de projetos pontuais.

13 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A 31 de Dezembro de 2019, a APF apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Existem também dívidas a serem regularizadas através de planos prestacionais activos:

- com a Segurança Social, relativamente a contribuições de 2015, 2016 e 2017;
- com a Autoridade Tributária relativos a retenções na fonte de IRS.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da APF, a 31/12/2019, perante a Segurança Social e Autoridade Tributária não se encontrava regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A conta dos investimentos financeiros apresentada no balanço é composta por:

	2019	2018
Investimentos financeiros		
Outros investimentos financeiros		
Outros – FGCT/FCT	6.538,01	3.244,59

O FGCT/FCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e Fundo de Compensação do Trabalho) são de adesão obrigatória (código do trabalho) e a sua constituição é feita mensalmente e calcula-se através de uma percentagem da retribuição de cada trabalhador. Destina-se, juntamente com o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade (50%) da compensação devida pelo empregador, por cessação do contrato de trabalho.

15 FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

A 31/12/2019, os saldos em aberto com os fundadores, patrocinadores, doadores e associados apresentava o seguinte detalhe:

SALDOS AGREGADOS		
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	Saldo 2019 a favor APF	Saldo 2019 devido pela APF
Doadores – em curso	2.906,19	
Patrocinadores	4.428,00	
Quotas		791,05
Saldo agregado líquido	6.543,14	

Em contas desta natureza, os saldos têm naturalmente tendência a ser a favor da Instituição. A Instituição processa os valores (das quotas, patrocínios, donativos), normalmente através da emissão de facturas e estes saldos ficarão pendentes até serem liquidados. No entanto, convém sempre estes saldos com o maior detalhe possível:

SALDOS AGREGADOS		
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	Saldo 2019 a favor APF	Saldo 2019 devido pela APF
Doadores – em curso	2.926,25	20,06
Patrocinadores	4.428,00	
Quotas	430,00	1.221,05
Saldo agregado líquido	6.543,14	

A conta doadores contém subcontas com saldo negativo. O valor não é relevante e diz respeito a erros e acertos originados naturalmente na movimentação de pagamentos ou recebimentos.

No caso das quotas, os valores do quadro, podem ser interpretados como anómalos, uma vez que uma primeira leitura, transmite que a APF é devedora de quotas aos seus associados. Segundo a informação dos serviços administrativos/financeiros da entidade. O valor de €1.221,05 explica-se pelo facto de a APF ter recebido este valor em quotas, no entanto, existiu um atraso na emissão de documentos de quitação, ou seja, das facturas e/ou facturas-recibo. Após a emissão destes documentos comerciais, este valor será anulado.

Nota: segundo o artigo 36º do CIVA, a factura deve ser emitida, o mais tardar no 5.º dia útil seguinte ao do momento em que termina o período a que o serviço se refere; ou na data do recebimento, no caso de pagamentos relativos a uma transmissão de bens ou prestação de serviços ainda não efetuada.

16 CLIENTES E UTENTES

A conta dos valores a receber de clientes apresenta o seguinte detalhe:

Clientes e utentes	Saldo 2019	Saldo 2018
Conta-corrente	7.060,77	-1.744,11
Perdas por imparidade acumuladas	-1.828,79	-518,64
Valor líquido clientes e utentes	5.231,98	-2.262,75

Um saldo positivo nesta conta, representa o valor que os clientes devem à APF. O contraste entre o saldo de 2018 e 2019, não se deve necessariamente a uma evolução negativa (aumento de dívida), mas sim ao facto de os valores em 2018 apresentarem atrasos de contabilização que foram corrigidos durante 2019.

As dívidas de clientes em mora há mais de 6 meses foram analisadas. Pelo valor que já não se espera receber, contabilizou-se a potencial perda através da constituição de imparidades. Se, eventualmente essa situação se reverter, se os clientes em mora quitarem as dívidas que têm com a APF, a contabilização da perda, será revertida.

17 OUTRAS CONTAS A RECEBER (OUTROS ACTIVOS CORRENTES)

A rubrica “outras contas a receber” em detalhe:

Outras contas a receber	valor
Acréscimos de rendimentos	
Reembolsos Financiadores	597.162,37
Direitos de Autor	506,68
Rendimentos Operacionais	7.871,04
Devedores diversos	
Gabinete Secretária Estado Para Cidadania e a Igualdade	40.919,80
Obras APF Sede	1.400,00
Colaboradores	3.338,81
Outras entidades	
Koinoniki Anaptyksi Neon (Social Youth Development)	2.500,48
Youth for Exchange and Understanding	3.029,90
Associazione TDM 2000	1.863,91
Reembolso Despesas	350,60
Pagamentos não identificados	4.343,26
Donativos – Mercadoria	14.273,67
Pessoal – remunerações a pagar	7.058,78
Total	684.619,30

A conclusão mais evidente é o peso dos reembolsos dos financiadores na estrutura desta conta (cerca de 90%).

O diferimento entre o pagamento dos valores atribuídos e a sua atribuição está evidenciada neste saldo.

Detalhando por entidade:

Detalhe dos reembolsos de financiadores a receber	valor
Projetos PT2020	360.778,78
Banda Larga Norte	56.374,29
Elvas + Saúde	3.135,85
Banda Larga Alentejo	54.299,79
RIO	19.593,64
CM Matosinhos	968,98
Autofinanciamento ALGARVE	-569,84
Festivais de Verão - IPDJ	3.830,70
Daphnes	37.880,92
4you	4.210,00
CAP Alentejo	29.000,00
Combate à MGF	1.600,00
Gender ABC	26.059,26
Total	597.162,37

Voltando ao quadro principal das outras contas a receber, observamos que existem valores significativos em contas como “reembolso de despesas”, “pagamentos não identificados” e um saldo não correspondente à realidade de “donativos-mercadoria”, que o departamento financeiro não conseguiu encontrar resposta documental e cuja solução de regularização vai ter de ser encontrada em conjunto com a gestão.

18 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019, os saldos em maior detalhe da conta “diferimentos”:

Diferimentos	saldo devedor	saldo credor
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	3.560,93	
Seguros	1.146,27	
Rendimentos a reconhecer		
Projeto-CAP Norte		7.625,80
Projeto-Proximus		8.333,34
Projeto-RIO		24.750,00
Projeto-Aquém e Além Margens		10.000,00
Projeto-Autofinanciamento CENTRO		309,00
Projeto-Retorno Assistido EMES		13.040,05
Projeto-24 Nacional - Saúde Mental		8.332,12
Projeto-CAP Alentejo		10.894,00
Total	4.707,20	83.284,31

A utilização e existência desta conta prende-se com a regra de especialização dos exercícios. Rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no ano a que dizem respeito, independentemente dos seus fluxos financeiros.

19 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes líquidos de valores em caixa e nos depósitos à ordem, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, eram:

Meios financeiros líquidos	Saldo 2019	Saldo 2018
Caixas	1.454,09	1.543,52
Depósitos à ordem	34.964,91	22.119,24
Total	36.419,00	23.662,76

20 FUNDOS PATRIMONIAIS

O fundo patrimonial constitui o interesse residual das ESNL nos activos depois de deduzir os passivos. Nas ESNL, o fundo patrimonial compõe-se, dos fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros, pelos fundos acumulados e outros excedentes, bem como pelos subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Os Fundos Patrimoniais tiveram a seguinte evolução no decorrer do ano de 2019:

Fundos patrimoniais	Saldo a 01/01/2019	Aumentos	Reduções	Saldo a 31/12/2019
Fundos	112.665,66			112.665,66
Resultados transitados	-334.884,02	78.490,70	712,27	-257.105,59
Outras variações nos fundos patrimoniais	74.445,00			74.445,00
Resultado líquido do exercício	78.490,70	168.575,21	78.490,70	168.575,21
Total	-69.282,66	247.065,91	79.202,97	98.580,28

Na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” destaca-se o valor de €75.000,00 de subsídio para investimento referentes à carta de compromisso emitida, assinada e aprovada pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade tendo em vista a aquisição de cinco veículos ligeiros para servir de apoio às equipas regionais multidisciplinares especializadas (EME's). (Ao valor dos €75.000 foi subtraído, por decisão da gestão, um valor de 555 euros de um donativo em espécie, passando a conta a ter um saldo de €74.445).

O valor será reconhecido como um subsídio atribuído a partir do momento em que os equipamentos sejam adquiridos, de acordo com a sistematização e periodização prevista no normativo legal.

Existem €712,27 de reduções nos resultados transitados por correções directas de anos anteriores, que pelo baixo valor poderiam ter sido levadas a uma conta de custos – correções de anos anteriores, como foi o critério preponderante na maior parte deste tipo de movimentos). Este facto tem pouca relevância.

21 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores (conta-corrente) a 31/12/2019:

Cientes e utentes	Saldo 2019	Saldo 2018
Conta-corrente	4.236,83	3.112,62

22 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de “Estado e outros entes públicos” está dividida da seguinte forma:

- foram criados planos de pagamento para os impostos em dívida a 31 de Dezembro de 2019, no decorrer do ano de 2020.
- Relativamente ao acordo prestacional existente actualmente com a Segurança Social, foram contabilizadas as retenções efetuadas nos nossos acordos atípicos, conforme tem vindo a acontecer ao longo dos últimos anos. Este apuramento de crédito permitiu à APF confirmar a conta corrente para com o Instituto da Segurança Social, no entanto, até à presente data, a APF ainda aguarda um esclarecimento da parte da Segurança Social sobre o detalhe da aplicação dos valores retidos pela Segurança Social.

Estado e outros entes públicos	saldo a favor da APF	saldo devido pela APF
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)		110.620,65
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	519,77	
Contribuições para a segurança social		140.380,89
Fundo garantia salarial		6.263,37
Outras tributações		187,82
saldo geral		256.932,96

23 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	valor
Acréscimos de gastos	
Colaboradores externos	9.785,80
Rendas	300,00
Credores diversos	
Fornecedores	74.637,31
Colaboradores	7.513,89
Internacional Planned Parenthood Federation (IPPF)	7.627,88
Reembolso Despesas	1.073,37
Empréstimos Amigos APF	
Paulo Trigo	625,00
Manuel Rei Vilar	1.250,00
Recebimentos não identificados	7.318,05
Pessoal – remunerações a pagar	103.735,77
Total	213.867,07

Nas contas a receber volta a colocar-se a questão da existência de valores significativos em contas como “reembolso de despesas”, “recebimentos não identificados”, que o departamento financeiro não conseguiu encontrar resposta documental e cuja solução de regularização vai ter de ser encontrada em conjunto com a gestão.

As outras contas a pagar que apresentam saldo maisn significativo são o pessoal (salários em atraso) e os fornecedores de serviços.

24 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios e doações recebidos durante o exercício de 2019 são explicados no quadro seguinte:

Subsídios e doações	Valor
Subsídios de entidades públicas	1.331.954,10
dos quais:	
<i>Entidades públicas nacionais</i>	1.299.779,64
<i>Entidades públicas internacionais</i>	32.174,46
Subsídios de outras entidades – internacionais	12.094,06
Doações	276,93
das quais:	
<i>Consignação de 0,5% do IRS</i>	162,03
<i>Outras doações</i>	114,90
Total	1.344.325,09

Os subsídios já foram divulgados de forma mais detalhada na nota 11.

25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2019 foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2019	2018
Subcontratos	505,21	
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	36.174,33	8.752,65
Publicidade e propaganda	177,00	
Vigilância e segurança	1.373,31	1.270,05
Honorários (colaboradores externos)	291.610,33	312.736,26
Comissões	258,38	
Conservação e reparação	2.869,73	2.212,13
Serviços bancários	1.386,43	3.077,64
Outros serviços especializados	208,92	
Materiais	15.386,20	20.247,58
Energia e fluidos:		
Eletricidade	10.796,42	9.883,92
Combustíveis	11.192,53	6.234,57
Água	4.033,75	3.325,41
Deslocações, estadas e transportes	32.969,90	45.851,50
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	55.820,18	53.901,14
Comunicação	17.844,23	13.326,50
Seguros	5.063,43	4.173,20
Contencioso e notariado	122,00	
Limpeza, higiene e conforto	11.933,68	
Outros serviços	49.045,19	42.405,87
TOTAL	548.771,15	527.398,42

Uma redução de despesas relevante é a registada ao nível das despesas com deslocações, estadas e transportes. Esta redução foi compensada por um aumento das despesas com combustível. Mesmo assim a soma destas rubricas fica aquém dos valores registados em períodos anteriores, redução esta explicada pela gestão como um resultado de uma política de sensibilização para a contenção de despesas desta natureza.

Observa-se também uma redução na rubrica de honorários, o que pode não ter grande significado, uma vez que houve um correspondente aumento nos trabalhos especializados. Estas duas contas poderão albergar despesas e gastos de natureza semelhante, apenas se diferenciando pelo perfil do prestador de serviços ou por opção de classificação.

26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2019	2018
Patrocínios	12.246,48	16.835,10
Donativos	83.380,16	85.984,91
Descontos de pronto pagamento obtidos	23,80	
Correcções relativas a exercícios anteriores	31.454,12	10.816,83
Restituição de impostos	485,77	22,94
Outros não especificados	1.171,28	25.055,01
TOTAL	128.761,61	138.714,79

Relativamente aos donativos:

Tipo de donativo	valor
Em espécie	47.882,35
Em numerário	35.497,81
Total donativos	83.380,16

Donativos por região/delegação	valor
Algarve	46.376,86
Sede	27.171,25
Lisboa	6.887,25
Norte	2.747,35
Alentejo	197,45
Total donativos	83.380,16

A conta de “correcções relativas a anos anteriores” registou uma subida para mais que o dobro. As correcções registadas dizem respeito não só a correcções de erros, mas na sua maior parte, a sua utilização prende-se com a obrigação legal de especialização de exercícios. As actividades da APF sendo plurianuais, há necessidade contabilística de reportar documentos e movimentos de ganhos aos anos respectivos.

O aumento do valor inscrito nesta conta relativamente a 2018 pode ser explicado pela diminuição simultânea dos valores na conta “outros não especificados”. Aumentando o rigor na classificação de despesas, existe uma tendência a diminuir valores em contas “não especificadas”.

Em 2019 a conta “outros não especificados” apenas foi utilizada para registar acertos e arredondamentos.

Segue o detalhe das correcções de anos anteriores:

Correcções relativas a exercícios anteriores – ganhos	2019
Regularização de saldos de pagamentos/recebimentos diversos de 2016-2018	16.396,36
Regularização de facturas de anos anteriores não contabilizadas	1.610,20
Regularização de valores de activos	2.674,05
Regularização de saldos de pagamentos de vencimentos	30,00
Regularização de diferenças de donativos 2018	40,00
Regularização de diferenças de donativos (Dentista TSH)	7.884,16
Regularização de diferenças em contas clientes	1.500,00
Regularização de diferenças em contas fornecedores	5,00
Regularização relacionada com reembolsos de despesas	1.228,88
Regularização de saldos duplicados	85,47
Total	31.454,12

27 OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “outros gastos e perdas” é detalhada conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2019	2018
Impostos	631,43	8.674,55
Correcções relativas a exercícios anteriores	62.589,01	127,50
Despesas não documentadas	875,94	
Multas fiscais e não fiscais	550,08	9.612,56
Outras penalidades	5.302,47	814,97
Outros gastos e perdas	33,13	0,18
Outros gastos e perdas – financiadores:		
Direcção Geral da Saúde	2.249,14	
SICAD	6.425,00	4.283,34
Instituto da Segurança Social, IP	5.834,64	
Município de Lisboa	3.402,49	
LADDER		2.903,60
Daphne	350,00	
Total	88.243,33	26.416,70

As correcções relativas a anos anteriores, que correspondem a cerca de 70% dos outros gastos e perdas desdobrada, permite elucidar a razão dos montantes registados:

Correcções relativas a exercícios anteriores – gastos	2019
Regularização de saldos de pagamentos/recebimentos diversos de 2016-2018	56.367,04
Regularização de facturas de anos anteriores não contabilizadas	4.873,92
Regularização inventários	199,90
Regularização de saldos de pagamentos de vencimentos	202,15
Regularização de diferenças de donativos 2017 (Jantar 50 anos)	713,00
Regularização de adiantamentos a vítimas 2017	233,00
Total	62.589,01

28 RESULTADOS FINANCEIROS

No período de 2019 não foram reconhecidos gastos nem rendimentos relacionados com juros e similares.

29 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

30 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório de contas foi elaborado por contabilista certificada (CC) distinta da contabilista certificada responsável pelas contas. A CC que elaborou o relatório, por limitações temporais face a complexidade da estrutura e informação, fez uma auditoria completa em algumas rubricas e noutras por amostragem.

Conclui que as contas apresentadas, representam um quadro aceitavelmente fiável da situação contabilística, com base nos documentos conhecidos. Existe um elevado número de movimentos e saldos registados sem identificação de origem ou destino e ficaram evidenciados como tal.

Nunca foram divulgados em documento de suporte (apenas oralmente) os métodos de atribuição aos exercícios económicos dos gastos com projectos e ganhos com os seus financiamentos (subsídios). Visto esta matriz de organização de custos fazer parte de uma metodologia interna de gestão (contabilidade analítica) e este facto não ser impeditivo de se prosseguir com as correcções e encerramento das contas, aceitaram-se os lançamentos correspondentes.